



## RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

## 1. APRESENTAÇÃO

A responsabilidade pela gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas são exigidos pela Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, cognominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

*Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.*

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da segurança social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

O Relatório de Impacto Orçamentário-Financeiro - RIOF é uma exigência da Lei Complementar nº 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que em seu art. 16, inciso I, estabelece que para a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa deverá estar acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes. Além disto, o §2º, do art. 16, da LRF, traz a exigência destes cálculos estarem acompanhados das premissas e metodologia de cálculos utilizadas.

*Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

*I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;*

*II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.*

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.





**MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**



No âmbito da despesa de natureza continuada, figura-se as despesas oriundas dos gastos com pessoal, as quais deverão serem lastreadas com o devido impacto orçamentário-financeiro nos termos do Art. 17 da LRF.

*Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*

### **1.1. OBJETIVO**

Tem o presente RIOF o objetivo de substanciar o Projeto de Lei, no pronto atendimento das disposições legais mediante estudo do impacto orçamentário-financeiro notadamente no que diz respeito as despesas de pessoal tidas como de caráter continuado, visto que se refere a adequação do piso salarial do magistério.

O impacto orçamentário-financeiro de tais despesas, notadamente por excederem mais de dois exercícios financeiros é de extrema importância para garantir a saúde financeira do município e a sustentabilidade de suas contas públicas. Neste contexto, é fundamental analisar o gasto com pessoal como ferramentas para o equilíbrio das contas governamentais.

O gasto com pessoal é um dos principais desafios enfrentados pelos governos, tanto em nível federal, estadual quanto municipal e os órgãos de controle externo têm atuado para que os parâmetros definido pela LRF, sejam atendidos integralmente.

A LRF, em seus Arts. 19, estabelece o limite máximo de gastos com pessoal para cada ente da Federação.

*Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:*

*III - Municípios: 60% (sessenta por cento).*

Em seu Art. 20, a mesma lei faz a repartição dos limites de gastos com pessoal.

*Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:*

*(...)*

*III - na esfera municipal:*

*a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;*

*b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.*





**MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**

As despesas com pessoal representam um dos maiores gastos realizados pelos municípios e órgãos públicos e os órgãos de controle externo têm atuado para que os parâmetros definidos para esta área pela LRF, sejam atendidos integralmente. Afim alertar e restringir gastos com pessoal de um órgão público, a Lei estabeleceu limites, conforme estabelecem os Arts. 22 e 59.

O Art. 22 trouxe o limite prudencial, que tem como objetivo é evitar que a despesa com pessoal comprometa a saúde financeira do ente público, prevenindo o descumprimento do limite legal.

*Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.*

*Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso;*

*I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;*

## II - criação de cargo, emprego ou função:

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

*IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;*

*V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.*

O Art. 59 trouxe o limite de alerta, que é um aviso preventivo a ser emitido pelos tribunais de contas para gestores públicos quando a despesa com pessoal atinge um patamar considerado perigoso, como 90% do limite máximo estabelecido pela LRF. Esse alerta não impõe restrições imediatas, mas visa dar tempo ao gestor para que tome medidas corretivas e evite o descumprimento dos limites prudencial e máximo, que acarretam vedações e penalidades.

*Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento desta Lei Complementar, consideradas as normas de padronização metodológica editadas pelo conselho de que trata o art. 67, com ênfase no que se refere a:*

(1)

§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:

631.

II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;





Por tais razões, se faz necessário a elaboração do presente estudo detalhado do impacto orçamentário de longo prazo dessas despesas, levando em consideração não apenas os salários, mas também os encargos sociais e benefícios concedidos aos servidores de caráter continuado.

## 1.2. DISPOSIÇÃO LEGAL

Para o efetivo desenvolvimento deste RIOF foram observadas as seguintes disposições legais:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 (Estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal);
- Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal);
- Lei Municipal nº. 3.594, de 12 de julho de 2021 (Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o período de 2022/2025);
- Lei Municipal nº. 3.875, de 13 de outubro de 2025 (Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária – LDO para o Exercício de 2026);
- Lei Municipal nº. 3.898, de 30 de dezembro de 2025 (Dispõe sobre Orçamento Anual – LOA para o Exercício Financeiro de 2026).

## 1.3. METODOLOGIA APLICADA NA ESTIMATIVA

Para fins de elaboração do presente RIOF, utilizou-se valores obtidos nos Relatórios de Gestão Orçamentária – RREO e nos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referente ao mês de dezembro do exercício de 2025, bem como, de dados obtidos junto ao portal Painel de Controle do Tribunal de Contas do Estado Espírito Santo, por meio dos seguintes passos:

A metodologia em si, proporcionou a aplicação dos meios inerentes e próprios de coleta de informações primárias diretamente por meio dos seguintes passos:

### 1. Passo - Coleta e definição de Informações Básicas

- 1.1. Universo da análise
- 1.2. Conjunto da análise
- 1.3. Elemento de cálculo
- 1.4. Fator de cálculo
- 1.5. Data de referência base

### 2. Passo - Definição e Apuração dos Cenários

- 2.1. Apuração do Cenário Base até a data de referência
- 2.2. Definição do Período de Avaliação (2026/2027/2028/2029)
- 2.3. Estimativa do Cenário Base após a data de referência





## 2.4. Estimativa do Cenário de Projeção

### 3. Passo - Avaliação do Impacto

3.1. Cálculo dos Impactos Anual/Receita x Despesa (Estimadas)

3.2. Cálculo do Total/Despesa x Receita Corrente Líquida – RCL

## 2. ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro a ser demonstrado, que configura valores apurados nos dois exercícios anteriores e valores correspondentes aos 12 últimos meses, afim de estabelecer projeção da despesa para o exercício atual que terá continuidade de execução das respectivas despesas, e nos exercícios seguintes, sendo aqui apresentados até ao exercício de 2029.

Aplica-se à projeção da despesa para os Exercícios de 2027, 2028 e 2029, atualizadas pelo dispêndio da Revisão Geral Anual – RGA, prevista na LDO, que impactarão nos períodos seguintes ao Exercício de 2026.

Para o fim de projeção da despesa de pessoal decorrente do mencionado Projeto de Lei, utilizou-se a atualização da estimativa da receita, realizando a projeção do valor apurado para os 2 (dois) exercícios seguintes com base no <sup>1</sup>Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (2026 – 3,99%; 2027 – 3,80%; 2028 – 3,50%; 2029 – 3,50%).

As despesas serão suportadas financeiramente por meio de receitas tributárias, patrimoniais, de serviços, transferências correntes e outras receitas, previstas em diversos cenários para os Exercícios Financeiros de 2026, 2027, 2028 e 2029, projetadas também por meio do IPCA previsto para os respectivos períodos.

### 2.1. IMPACTO DA DESPESA COM PESSOAL NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL.

#### DEMOSTRATIVO I

<sup>1</sup> Os valores referentes ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, referem-se ao relatório do dia 30/01/2026 publicado no dia 02/02/2026, disponível no link <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>>

 Aviso: O documento em PDF no endereço da internet pode ser lido diretamente no site da Prefeitura de Nova Venécia, com o identificador 32003500360036003A00500052004400. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA**  
SECRETARIA DE FINANÇAS



| PERÍODO   | EXECUTIVO      | LEGISLATIVO  | RCL            | PERCENTUAL          |                   | IPCA  |       |       |
|---|----------------|--------------|----------------|---------------------|-------------------|-------|-------|-------|
|   |                |              |                | EXECUTIVO           | LEGISLATIVO       |       |       |       |
| 2023  | 105.238.829,95 | 5.896.690,91 | 232.471.694,39 | 45,27%              | 2,54%             |       |       |       |
| 2024  | 110.537.290,11 | 6.272.851,96 | 277.680.876,16 | 39,81%              | 2,26%             |       |       |       |
| 2025  | 111.453.350,24 | 7.719.951,73 | 302.213.380,25 | 36,88%              | 2,55%             |       |       |       |
| <b>APURADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES</b>               |                |              |                |                     |                   |       |       |       |
| 2025/2026   | 111.453.350,24 | 7.719.951,73 | 302.213.380,25 | 36,88%              | 2,55%             |       |       |       |
| <b>PROJETADA PARA O EXERCÍCIO</b>                 |                |              |                |                     |                   |       |       |       |
| 2026  | 118.672.568,59 | 8.027.977,80 | 314.271.694,12 | 37,76%              | 2,55%             | 3,99% |       |       |
| <b>PROJETADA PARA OS DOIS EXERCÍCIOS SÉGUINTE</b> |                |              |                |                     |                   |       |       |       |
| PERÍODO   | EXECUTIVO      | LEGISLATIVO  | RCL            | PERCENTUAL PREVISTO | IMPACTO PROJETADO | IPCA  |       |       |
|   |                |              |                | EXECUTIVO           | LEGISLATIVO       |       |       |       |
| 2027  | 123.182.126,20 | 8.333.040,96 | 326.214.018,50 | 37,76%              | 2,55%             | 0,00% | 0,00% | 3,80% |
| 2028  | 127.493.500,62 | 8.624.697,39 | 337.631.509,15 | 37,76%              | 2,55%             | 0,00% | 0,00% | 3,50% |
| 2029  | 131.955.773,14 | 8.926.561,80 | 349.448.611,97 | 37,76%              | 2,55%             | 0,00% | 0,00% | 3,50% |

Em análise ao Demonstrativo I, pode-se verificar que a despesa com pessoal, do Poder Executivo, representou em relação a RCL do município no exercício: 2023 45,27% (quarenta e cinco inteiros e cinquenta e quatro centésimos de por cento), 2024 39,81% (trinta e nove inteiros e oitenta e um centésimos de por cento), 2025 36,88% (trinta e seis inteiros e oitenta e oito centésimos de por cento), e em 2026 analisando os últimos doze meses, se mantém em 36,88% (trinta e nove inteiros e trinta centésimos de por cento). Não excedendo ao limite prudencial que correspondente a 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos de por cento) e ao limite de alerta de 48,60% (quarenta e oito inteiros e sessenta centésimos de por cento).

Com base na projeção para o exercício de 2026, o montante da despesa com pessoal do poder executivo alcançará 36,89% (trinta e seis inteiros e oitenta e nove centésimos de por cento) da RCL, obedecendo assim os limites estabelecidos pela LRF, mantendo para os exercícios seguintes.

## **2.2. IMPACTO DA DESPESA CORRENTE X RECEITA CORRENTE, CONTEMPLANDO A DESPESA PLEITEADA NESSE PROJETO DE LEI.**

De acordo com o Art. 167-A da Constituição Federal:

*Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:*





**MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**

O demonstrativo a abaixo demonstra os valores arrecadados de receita corrente e montante gasto com despesa corrente afim de apuração do limite de gasto de 95% da receita corrente com despesa corrente.

## DEMOSTRATIVO II

| APURAÇÃO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES            |                  |                  |                     |                   |        |
|---|------------------|------------------|---------------------|-------------------|--------|
| EXERCÍCIO                                     | RECEITA CORRENTE | DESPESA CORRENTE | PERCENTUAL          | IPCA *            |        |
| 2023  | 240.429.030,46   | 225.627.174,10   | 93,84%              |                   |        |
| 2024  | 269.751.431,57   | 270.966.520,27   | 100,45%             |                   |        |
| 2025  | 318.246.715,75   | 277.926.672,76   | 87,33%              |                   |        |
| APURADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES                  |                  |                  |                     |                   |        |
| 2025/2026                                     | 318.246.715,75   | 277.926.672,76   | 87,33%              |                   |        |
| PROJEÇÃO PARA O EXERCÍCIO ATUAL               |                  |                  |                     |                   |        |
| 2026  | 330.944.759,71   | 289.015.947,00   | 87,33%              | 3,99%             |        |
| PROJEÇÃO PARA OS DOIS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES |                  |                  |                     |                   |        |
| EXERCÍCIO                                     | RECEITA CORRENTE | DESPESA CORRENTE | PERCENTUAL PREVISTO | IMPACTO PROJETADO | IPCA * |
| 2027  | 343.520.660,58   | 299.998.552,99   | 87,33%              | 0,00%             | 3,80%  |
| 2028  | 355.543.883,70   | 310.498.502,34   | 87,33%              | 0,00%             | 3,50%  |
| 2029  | 367.987.919,63   | 321.365.949,93   | 87,33%              | 0,00%             | 3,50%  |

Verificamos que acordo com o Demonstrativo II, nos exercícios de 2023 e 2024, o valor da despesa corrente excedeu ao limite estabelecido no Art. 167-A da Constituição Federal.

Em análise aos eventos ocorridos no exercício de 2024, o que provocaram que a execução de despesas que excedesse ao limite de 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, destacamos o rateio do recurso do FUNDEB aos profissionais da educação e gratificação-abono concedido a todos os servidores, exceto aos profissionais da educação.

Assim, conforme demonstrativo da relação entre despesa corrente e receita corrente, podemos verificar que ao final do exercício de 2025, que a despesa corrente correspondeu a 87,33% (oitenta e sete inteiros e trinta e três centésimos de por cento), abaixo do limite estabelecido de 95% (noventa e cinco por cento) da Receita Corrente arrecadada.

Para exercício de 2026, compreendendo os valores apurados nos últimos 12 meses, a despesa corrente correspondeu a 87,33% (oitenta e sete inteiros e trinta e três centésimos de por cento), ou seja, o mesmo valor apurado ao final do exercício de 2025, uma vez que ainda não fechamos o mês de janeiro de 2026.

Assim, diante a projeção apresentada para o exercício de 2026, a despesa corrente corresponderá 87,33% (oitenta e sete inteiros e trinta e três centésimos de por cento).

### 2.3. DECLARAÇÃO A SER FORMALIZADA PELO ORDENADOR DE DESPESA

Tendo em vista os artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, o Gestor Municipal, expedirá declaração de que, com a aprovação do respectivo Projeto de Lei,





**MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA**  
SECRETARIA DE FINANÇAS



o gasto dispõe de suficiente dotação e de firme e consistente expectativa de suporte de caixa decorrente da estimativa de receitas para os exercícios financeiros de 2026, 2027, 2028 e 2029, estando em conformidade com as orientações do Plano Plurianual 2021/2025, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 e da Lei Orçamentária Anual de 2026.

### **3. CONCLUSÃO**

Como visto, o Relatório de Impacto Orçamentário-Financeiro é uma exigência legal da Lei de Responsabilidade Fiscal para as ações governamentais que implicam no aumento de despesa de caráter continuado.

A natureza obrigatória de caráter continuado é característica padrão das Políticas de Gestão de Pessoas, o que confere à tomada de decisão uma responsabilidade ainda maior com a sustentabilidade da decisão no exercício em que entra em vigor os dispêndios, seguindo por mais de dois exercícios.

Nesse contexto, podemos afirmar que o Projeto de Lei, no que concerne o Relatório de Impacto Orçamentário-Financeiro, contempla todas as condições essenciais e pertinentes para sua efetiva execução, por encontrar-se suportado com o fluxo das despesas de caráter continuado, frente as receitas estimadas para o exercício em que entrará em prática (2026) e os seguintes (2026, 2027, 2028 e 2029).

Este é o Relatório de Impacto Orçamentário-Financeiro que ora se apresenta, para os fins de cumprimento do art. 16 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Nova Venécia – ES, 04 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br**  
ADALTO EZIDIO  
Data: 04/02/2026 16:15:12-0300  
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

**ADALTO EZIDIO**  
Secretário de Finanças



Autentique o documento em <https://nova-venecia.camara.esmp.br/autenticar/2026-02-04/161512-9005>  
com o identificador 330035003600360030003A00500052004100. Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.